

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

País da trifulhice

Há exactamente uma semana escrevemos aqui que os políticos estavam a matar a política.

Nunca assistimos, pelo menos nos últimos anos, a tantos casos de trifulhice política neste país como agora.

Há uma cultura de desresponsabilização a todos os níveis, com muita gente a mentir pelo meio, descaradamente, como agora se viu com o caso da indemnização choruda à antiga administradora da TAP.

Há muita gente que se está a aproveitar da política para outros fins e esses deviam ser banidos de cena para o resto das suas vidas políticas.

Depois temos, também, a cultura do passa culpas e do lavar as mãos, do nunca saber de nada e de uma falta de noção da realidade do país e do povo que nele habita.

A polémica à volta do palco para o Papa e dos gastos para a Jornada Mundial da Juventude é reveladora do amadorismo em que está envolvido todo o processo, sem se perceber quem manda, quem lidera e quem decide.

Que todos estão envolvidos numa enorme trapalhada, já percebemos, mas nenhum quer assumir culpas próprias, nem tão pouco reconhecer o quão escandaloso é todo este caso.

O Presidente da República, que é um catavento político, parece ter sido o único que percebeu o sentimento de revolta que vai pelo país com esta cultura da mania das grandezas.

Um país em crise, famílias em dificuldades, a pobreza a aumentar, problemas nas empresas e com os trabalhadores, e os políticos, com o amém da Igreja, a gastarem milhões em luxos escusados e sem qualquer parcimónia.

Todos estamos ainda lembrados do Euro 2004 e dos milhões gastos na construção de estádios, para depois estarem às moscas, enquanto por todo o país continuamos com escolas a meter água e hospitais sem recursos.

Quando se trata de gerir os dinheiros dos contribuintes, os políticos desta geração já demonstraram que não estão à altura.

Marcelo tem razão: está tudo doido!

O palco da pobreza

Cá dentro ficamos a saber esta semana que também temos uma espécie de “palco para o Papa”, onde correm os milhões sem que se saiba para que servem.

Trata-se das despesas da antiga ATA, com quase 1 milhão de euros só para salários, de dezenas de pessoas que ninguém sabe o que fazem.

É esta a herança que estamos a deixar às gerações seguintes: dívida e mais dívida, para contentar as clientelas dos partidos que nos governam.

Eles que se acusam mutuamente de terem gerado pobreza nos últimos anos, mas sem se queixarem dos salários milionários.

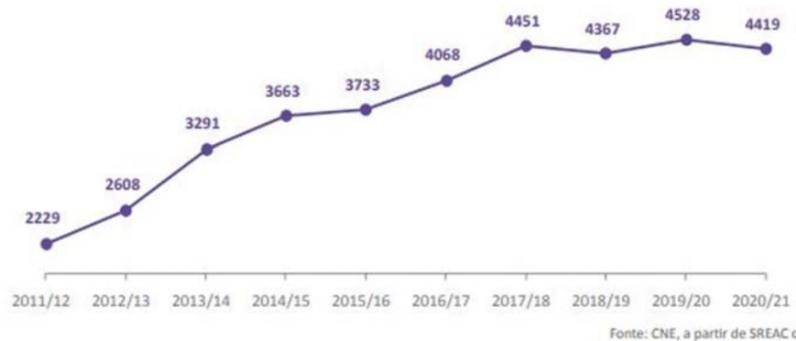
O Inquérito aos Rendimentos revelado na semana passada pelo INE é todo ele um manual sobre o falhanço dos nossos governantes.

Esses sim, deveriam subir ao palco.

Ao palco da vergonha.

Alunos com necessidades específicas nos Açores duplicaram nos últimos anos

Figura 6.1.22. Alunos com necessidades específicas na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (Nº). Público, RAA



Os dados relativos à evolução do número de crianças e jovens com necessidades específicas na Região Autónoma dos Açores mostram um aumento até 2017/2018 (quase o dobro), registando-se, porém, uma ligeira descida em 2018/2019, com menos 84 alunos do que no ano precedente, seguida de um acréscimo de 161 alunos, em 2019/2020 e um decréscimo no ano seguinte (-109), revelando assim uma tendência oscilante, nos últimos anos, revela o relatório do Conselho Nacional de Educação sobre o Estado da Educação 2021/2022.

No que diz respeito à distribuição dos alunos que usufruem de apoio específico, pelos diferentes níveis e ciclos de educação e ensino, nos últimos cinco anos lectivos (Figura 6.1.23), os dados mostram que, em 2020/2021, o número de crianças da educação pré-escolar aumentou, por comparação com 2018/2019, sendo o maior destes cinco anos. Face a este mesmo ano e após algumas oscilações, o número de alunos no 1º CEB diminuiu, continuando a ser, contudo, o nível com mais alunos com necessidades específicas. Sobressai ainda dos dados que o número de alunos com necessidade de medidas aumentou em todos os anos da série, no 3º CEB e no ensino secundário, sendo, neste último, mais do dobro, quando comparado com 2016/2017.

Na distribuição pelas diversas ofertas formativas das crianças e jovens com necessidades específicas observam-se algumas variações nos últimos três anos lectivos, destacando-se o aumento no ensino geral e no PROFIJ.

Na educação pré-escolar, a maioria das crianças, nos dois últimos anos lectivos, não esteve integrada em nenhum regime educativo especial, com excepção do PEREE, onde

se observa um aumento de seis crianças no último ano.

No 1º CEB, os alunos distribuem-se maioritariamente pelo ensino geral, embora se deva considerar como expressivo o número das crianças integradas no PEREE e no projecto curricular adaptado. Em todas as ofertas, houve um decréscimo do número de alunos com necessidades educativas especiais, em 2020/2021. Este ciclo de ensino apresenta o maior número de alunos com necessidades educativas especiais integrados no regime geral, no triénio.

Embora os números de alunos nesta situação tenham diminuído em 2020/2021, em todas as ofertas do 2º CEB, o ensino geral continua a ter menos alunos do que o conjunto das ofertas específicas.

No 3º CEB, o número de alunos teve um acréscimo em todas as ofertas, exceto no PROFIJ, se se considerar o último ano enunciado na tabela.

No ensino secundário, existe uma distribuição mais equitativa entre os cursos científico-humanísticos e as restantes ofertas, somados os números do PROFIJ e do Ensino profissional, em 2020/2021. Destaca-se, no entanto, o Ensino profissional, no qual só se contabilizaram 26 alunos.

Recorde-se que, em 2021, o Despacho nº 1652/2021, de 2 de agosto, da Secretaria Regional de Educação da RAA, determinou a manutenção da Equipa Regional de Monitorização e Acompanhamento da Educação Inclusiva e definiu as suas competências, enunciando nos seus considerandos a preconização das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, bem como a evolução de conceitos nesta área e a diversidade de situações que requerem diferenciação inclusiva na educação.

Tabela 6.1.1 Alunos com necessidades específicas (Nº), por oferta formativa. Ensino público. RAA

	Ensino Geral			PEREE			Projeto Curricular Adaptado			PROFIJ			Ensino Profissional		
	2018/19	2019/20	2020/21	2018/19	2019/20	2020/21	2018/19	2019/20	2020/21	2018/19	2019/20	2020/21	2018/19	2019/20	2020/21
EPE	236	241	272	-	36	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º CEB	1140	1017	1001	526	536	510	307	312	258	-	-	-	-	-	-
2º CEB	374	343	353	532	478	351	249	274	264	-	-	-	-	-	-
3º CEB	408	546	609	172	204	263	131	191	188	34	64	88	-	-	-
Ensino Secundário	98	180	136	-	-	-	-	-	-	28	60	93	26	39	26

Fonte: CNE, a partir de SREAC da RAA, 2022